



Coronel Ustra foi declarado torturador em ação histórica

Livro de Pádua Fernandes expõe processo pioneiro contra herói de Bolsonaro

Fábio Victor

SÃO PAULO Corriam os anos 1970 quando Janaina de Almeida Teles soube que o advogado Fábio Konder Comparato defendia a ex-presença política Inês Etienne Roman numa ação movida contra a União, por torturas e estupro que sofrera na Casa da Morte de Petrópolis, centro clandestino de tortura na ditadura do qual ela foi a única sobrevivente. O processo tinha uma peculiaridade: a requisição não pedia indenização nem penalização, buscava apenas o reconhecimento de que fora uma vítima de crimes praticados por agentes do Estado no regime militar — a chamada ação declaratória. Janaina foi atriz de Comparato em busca de algo semelhante.

Afinal, não só ela, mas várias integrantes de sua família também eram vítimas da ditadura. Seus pais, Maria Amélia de Almeida Teles (a Arrelinha) e César Augusto Teles, e a tia, Criméia Schmidt de Almeida, foram torturados no DOI-Codi paulistano entre 1972 e 1973 — Criméia enqua-

nto estava grávida. O filho, João Carlos, nasceu enquanto ela ainda estava presa e nem conheceu o pai. André Grabois, morto pela repressão, Janaina tinha na época 5 anos e seu irmão, Edson, 4. Os dois foram levados ao local e viram os pais convalescentes e com marcas de tortura. Anos adiante, depois de deixar uma carta para Comparato no escritório dele (sem resposta), Janaina conseguiu entrar no país no início dos anos 2000. A diferença do processo de Inês Etienne Roman, porém, esse era movido por cinco pessoas, integrantes da família Almeida Teles, e o maior diferencial, não contra o Estado, mas contra um agente da ditadura, o mesmo militar que acusavam de ter tortura-

do todos e cada um: Carlos Alberto Brilhante Ustra. Corta para meados da década passada, quando surgiram sinais do fortalecimento da direita e do extremo direito no Brasil. O advogado, poeta e escritor Pádua Fernandes se deu conta de que Ustra tinha virado um herói de muitos militantes que pediam intervenção militar, inclusive de então deputado federal Jair Bolsonaro, que o exaltou ao votar pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2016. "Aquilo tudo foi me dando engulhos", conta Fernandes. Ele pesquisava documentos da ditadura desde 2006. Havia sido orientando de Comparato no doutorado em direito na USP. E conheceu Arrelinha Teles quando trabalhou, em 2014, na Comissão Estadual da Verdade de São Paulo. Decidiu então escrever mais um livro, desta vez sem poesia nem ficção. "Ilícito Absoluto: A Família Almeida Teles, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e a tortura", recém-lançado pela editora Patua, resalta o caráter histórico daquele processo judicial.

Foi assim que Bolsonaro promoveu Ustra a herói. Mas para os militares que respeitam a Convenção de Genebra, Ustra nunca foi herói — foi somente um capanga, um capitão do mato

Crimia de Almeida
vítima de tortura do DOI-Codi de SP

Pela primeira vez, um agente da ditadura foi responsabilizado por tortura — uma ação também pioneira por ter sido movida pelas vítimas, e não pelo Ministério Público.

Tanto no caso de Inês Etienne Roman quanto no dos Almeida Teles, a acusação de Comparato ao optar pela ação declaratória foi driblar a interpretação corrente de que a Lei de Anistia de 1979 impedia a condenação de agentes da ditadura. Desde os anos 1970, a União já tinha sido condenada em processos por tortura, mas as pessoas que cometeram os crimes achavam que estavam totalmente garantidas pela Lei de Anistia, observa Pádua Fernandes.

Mas a lei, escreve Comparato na petição inicial, não era impeditiva à ação porque só garantia "anistia criminal aos envolvidos no período da ditadura", mas não dava "nenhuma salvaguarda em relação às indenizações civis ou mesmo às declarações judiciais".

Os autores diziam que Ustra fora "pessoalmente responsável pelas perseguições e torturas" contra eles e pediam à Justiça para "declarar o réu, por agir com dolo e cometer ato ilícito passível de reparação, causou danos morais e danos à integridade física dos autores".

Ustra perdeu em todas as instâncias. Em 2008, o juiz Gustavo Santini Teodoro, da 2ª Vara Cível de São Paulo, afirmou em sua decisão que "tortura, mesmo em período de exceção constitucional e de atentados contra a segurança do Estado, era inadmissível, à luz do direito internacional, vinculante para o país".

Escreveu ainda que a "tortura, que é ato ilícito absoluto, faz nascer entre seu autor e vítima, uma relação jurídica de responsabilidade civil" que entre os autores da ação e Ustra existia tal relação e que ações voltadas à indenização por violação de direitos humanos fundamentais são imprescritíveis.

A sentença foi mantida pelo STF e pelo Superior Tribunal de Justiça. Em 2015, o STF rejeitou a última tentativa de recursos de Ustra, um mês após sua morte.

Comparato revela modestia sobre sua atuação. "Eu acho que o processo foi um sucesso, mas eu não posso me apresentar como sendo o titular desse sucesso. E, preciso, antes de mais nada, não perder de vista as nossas memórias coletivas", disse à Folha.

Agregando contexto histórico aos meandros do processo, Pádua Fernandes ajuda a entender por que Ustra — que de 1972 a 1974 comandou o DOI-Codi do 2º Exército, em São Paulo — tornou-se

uma figura simbólica para a memória da ditadura militar. Conta, por exemplo, a trajetória de denúncias de violações cometidas pelo militar, desde a pioneira de 1975, apelidada de Bagulhão, em que presos políticos de São Paulo o colocaram no topo de uma lista de 233 torturadores. E enumera outras ações judiciais contra Ustra.

O coronel — que na época do DOI-Codi era major, codinome Dr. Tibiúca — jamais admitiu ter torturado, mas diz que excessos podem ter acontecido, pois "em nenhum lugar do mundo o terrorismo se combate com flores". Costumava repetir, como fez ao depor à Comissão da Verdade em 2013, que sempre cumpria ordens.

Com a ajuda de sua esposa e fidel escudeira Joseite, escreveu dois livros para se defender e contar a sua versão sobre o período. "Rompendo o Silêncio" e "A Verdade Subjacente". Este último virou best-seller entre bolsonaristas. O próprio ex-presidente já declarou que era seu livro de cabeceira.

Para Criméia de Almeida, a mitificação de Ustra nos últimos anos mostra que "quem votou no Bolsonaro foi muito enganado, recebeu uma versão da história em que o Brasil é uma democracia racial, sem matança de indígenas e deturpada principalmente em relação à ditadura".

"Foi assim", acrescenta, "que Bolsonaro promoveu Ustra a herói. Mas para os militares que respeitam a Convenção de Genebra, Ustra nunca foi herói — foi somente um capanga, um capitão do mato".

Criméia critica Lula (PT) por evitar relembrar a ditadura e determinar que seus ministros não o façam. "Foi no passado, mas não passou. A tentativa de golpe de 8 de janeiro é um reflexo disso".

Janaina Teles observa que, apesar do histórico conciliador de Lula, normalmente o petista agia nos bastidores. "O que surpreende nesse momento é que ele faça isso abertamente, publicamente", afirma ela, que é doutora em história social pela USP.

No processo em que sua família venceu contra Ustra, o juiz não reconheceu que Janaina e seu irmão foram seqüestrados e torturados psicologicamente — depois do DOI-Codi, as crianças viveram por meses em cárcere privado.

Em junho de 2023, eles receberam um pedido de desculpas do Estado e uma indenização de R\$ 102 mil cada um — o teto estipulado pela Comissão de Anistia, que concluiu enfim o julgamento de um pedido feito em 2005.

Ilícito Absoluto
Autor: Pádua Fernandes. Ed. Patua. Páua: R\$ 120 (408 pág.)

Lula perde carisma, e a ditadura não pode ser esquecida, diz Comparato

SÃO PAULO O advogado Fábio Konder Comparato, professor emérito da Faculdade de Direito da USP e um dos principais juristas do país, afirma que Luiz Inácio Lula da Silva já não tem o carisma de outrora e que o PT já deveria começar a preparar o ministro Fernando Haddad (Fazenda) para sucedê-lo na Presidência.

Referência da esquerda sobretudo na área de direitos humanos, após um início de carreira voltado também ao direito comercial, Comparato atuou na defesa de presos políticos e por reparação aos perseguidos pela ditadura.

Estreou à frente de causas simbólicas dos familiares e mortos e desaparecidos, como as da família Almeida Teles e Luiz Eduardo Merlino — o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e de Inês Etienne Roman contra a União Federal. Assinou também a ação da OAB no Supremo sustentando que a Lei de Anistia não poderia impedir a punição de



O advogado e professor Fábio Konder Comparato

Ilustração: André - 11 de 10/10/2023

crimes contra a humanidade perpetrados na ditadura. "Vivemos uma situação em que é importante que haja uma figura carismática no governo. E, infelizmente, o Lula está perdendo o seu carisma. E eu penso que talvez

fosse o caso de se começar a atuar no sentido de fazer do Fernando Haddad uma espécie de bom sucessor do Lula", disse Comparato. "Agora, eu não sei como se pode fazer isso, porque antigamente havia partidos políticos, hoje não existem mais partidos, existem personalidades. E as personalidades que contam na política vão diminuindo, podemos contar com os dedos de uma só mão".

Segundo o jurista, os atuais partidos já não têm força para fazer a sociedade avançar. "Precisamos criar um grupo de políticos, de intelectuais e gente com capacidade e experiência para reformular as atividades daquilo que nós chamávamos outrora esquerda, que pressupõe uma oposição ao que parece ser a única realidade política atual, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, que é a direita".

Comparato deu as declarações no contexto do lançamento de Lula em relação

Acho que não se pode esquecer esse horror. E, sobretudo, é preciso levar em consideração o fato de que toda a juventude brasileira nasceu depois do golpe, não viveu nada daquilo. Qualquer que seja a nossa posição quanto ao governo Lula, é preciso não esquecer o horror do golpe de 64

Fábio Konder Comparato
professor emérito da Faculdade de Direito da USP

ao passivo da ditadura. Ele discorda da recente declaração do presidente de que a ditadura "faz parte da história" ("não vou ficar remoendo e eu vou tentar tocar esse país para frente", afirmou Lula) e da determinação para que órgãos do governo não lembrem os 64 anos do golpe.

Eu acho que não se pode esquecer esse horror. E, sobretudo, é preciso levar em consideração o fato de que toda a juventude brasileira nasceu depois do golpe, não viveu nada daquilo. Qualquer que seja a nossa posição quanto ao governo Lula, é preciso não esquecer o horror do golpe de 64.

Anda assim, observou Comparato, é preciso que Lula tenha diálogo com os militares e, nesse sentido, o advogado defende que o presidente siga "os conselhos do ministro José Mello [Defesa]".

"Evidentemente, ele está mais ligado aos militares do que o presidente, mas, sobretudo, ele parece consciente de que nós estamos vivendo um momento difícil. E a minha impressão é de que o Lu-

la não tem consciência disso. É preciso que haja um interregno, uma conversa séria do governo com o grupo militar".

Comparato considera que os desdobramentos quanto às tentativas de golpe por parte de Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados e aos ataques de 8 de janeiro "têm que continuar como o ministro Alexandre de Moraes determinou. Ou seja, nós não podemos esquecer esse assunto. É preciso pelo menos iniciar os processos penais".

Aos 87 anos, Comparato não advoga mais, e diz que não tem saído de casa por questões de saúde. Mas continua, apesar das limitações, a tomar parte no debate público. Ao conversar com a reportagem por telefone no dia 20, acabou de participar de uma reunião por vídeo da Comissão Arns, da qual é um dos ilustres integrantes.

"Eu estou sujeito àquela praga que se chama velhice. De qualquer maneira, eu espero que outras pessoas mais jovens tenham a convicção de que o presidente, mas, sobretudo, ele parece consciente de que nós estamos vivendo um momento difícil. E a minha impressão é de que o Lu-

Fábio Victor